



:: **PRIMA FACIE** :: Revista de Ética ::

**PRIMA FACIE - Revista de Ética Nº3 1º Semestre 2009**

PRIMA FACIE - Revista de Ética  
Nº 3 1º Semestre 2009

ARTIGOS

ÉTICA, ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE  
Nuno Ornelas Martins \*

Resumo

A crise económica e social actual levanta questões importantes acerca da sustentabilidade do sistema sócio-económico contemporâneo. Será argumentado aqui que, para responder à crise actual, torna-se necessário abordar duas questões éticas, designadas por Amartya Sen como a questão "Socrática", que se prende com a componente motivacional do agir humano (e o comportamento dos agentes económicos), e a questão "Aristotélica", que se relaciona com o bem comum (e tem implicações ao nível do impacto da distribuição na sustentabilidade social e económica). A crise actual resulta em larga medida de uma incapacidade da teoria económica ortodoxa para analisar estas duas questões, que sendo fundamentais para autores clássicos desde Adam Smith a Karl Marx, foram todavia marginalizadas dentro da teoria económica ortodoxa.

Palavras-chave: ética, sustentabilidade, desenvolvimento, teoria económica.

\*Nuno Ornelas Martins é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (Porto), doutorado em Economia pela Universidade de Cambridge (Reino Unido), professor auxiliar na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (Porto).

# Ética, Economia e Sustentabilidade

Nuno Ornelas Martins\*

Faculdade de Economia e Gestão

Universidade Católica Portuguesa, Porto

## **Resumo:**

A crise económica e social actual levanta questões importantes acerca da sustentabilidade do sistema sócio-económico contemporâneo. Será argumentado aqui que, para responder à crise actual, torna-se necessário abordar duas questões éticas, designadas por Amartya Sen como a questão “Socrática”, que se prende com a componente motivacional do agir humano (e o comportamento dos agentes económicos), e a questão “Aristotélica”, que se relaciona com o bem comum (e tem implicações ao nível do impacto da distribuição na sustentabilidade social e económica). A crise actual resulta em larga medida de uma incapacidade da teoria económica ortodoxa para analisar estas duas questões, que sendo fundamentais para autores clássicos desde Adam Smith a Karl Marx, foram todavia marginalizadas dentro da teoria económica ortodoxa.

**Palavras-chave:** Ética, Sustentabilidade, Desenvolvimento, Teoria Económica

\* Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (Porto), doutorado em Economia pela Universidade de Cambridge (Reino Unido), professor auxiliar na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (Porto).

## 1. Introdução

A ciência económica começou por ser um ramo da filosofia moral, tendo a dimensão ética se tornado subsequentemente cada vez menos estudada. Todavia, a crise económica contemporânea levanta sérias questões acerca do poder explicativo de uma ciência económica que não procede a um escrutínio rigoroso da dimensão ética da actividade económica, e acerca da sustentabilidade de uma economia em que tal escrutínio não é efectuado.

Amartya Sen (1987) argumenta que existem duas dimensões fundamentais nas quais a ética se interliga com a economia. Uma dessas dimensões centra-se no estudo da motivação humana para a acção (que Sen designa como a questão “Socrática” de “como devo viver?”), e outra dimensão preocupa-se com a análise do bem-estar (que Sen designa como a questão “Aristotélica” relativa ao bem comum, que deve ter em conta o bem-estar do indivíduo, e a justiça distributiva).

A crise económica contemporânea levanta interrogações nestas duas dimensões. Efectivamente, entre as causas da crise encontram-se factores motivacionais relacionados com a questão “Socrática” (e com as suas implicações para o comportamento dos agentes económicos), e problemas de procura resultantes das desigualdades na distribuição de rendimento, que estão portanto relacionados com a questão “Aristotélica” do bem comum, e com o tópico da justiça distributiva.

Sen defende que o estudo da economia tem duas origens fundamentais. Uma dessas origens relaciona-se com a ética (e com as duas questões acima enunciadas), numa tradição que vai pelo menos até Aristóteles, e tem continuidade nos trabalhos de autores como Adam Smith, John Stuart Mill ou Karl Marx, entre outros. A outra origem baseia-se no que Sen designa por “engenharia”, e preocupa-se essencialmente com questões técnicas, na linha do trabalho de autores como Leon Walras.

A teoria económica dominante tem-se centrado na vertente técnica, procurando copiar os modelos das ciências naturais, e utilizá-los na explicação do ser humano. Os sucessos científicos e tecnológicos da matematização dos fenómenos naturais levaram à exportação acrítica de modelos matemático-dedutivos para o estudo do comportamento humano, como explica Tony Lawson (2003). Esta abordagem levou a uma teoria económica inapropriada para a explicação da acção humana, que contrasta com as teorias do pensamento económico clássico. Enquanto na teoria económica clássica, de Smith a Marx, existia um equilíbrio entre o papel da

ética e da “engenharia” na economia, tal equilíbrio foi perdido na teoria económica actualmente dominante, que se baseia na matematização do estudo do comportamento humano, promovido pela teoria neoclássica iniciada por autores como Walras (e outros, como Stanley Jevons).

O processo de desenvolvimento económico e social é um processo complexo, que depende de diversas estruturas económicas, sociais, culturais, tecnológicas e ecológicas. Sendo todas estas estruturas necessárias para o desenvolvimento, falhas em qualquer uma delas colocam em causa a sustentabilidade desse processo. Assim, a questão da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento pode ser abordada sob vários ângulos.

A crise financeira e económica recente está relacionada com falhas que se relacionam com a questão “Socrática” da motivação humana (e com o comportamento dos agentes económicos e financeiros), e com a questão “Aristotélica” do bem comum e da justiça distributiva (incluindo a questão de qual distribuição do rendimento que melhor promove o bem comum). Os modelos matemático-dedutivos que são actualmente considerados fundamentais para a “cientificidade” da economia não são apropriados para explicar estas questões, logo torna-se necessário estudar teorias económicas alternativas que permitam compreender estas duas questões éticas.

John Maynard Keynes (1936) acreditava que as ideias e teorias acerca da realidade são a determinante última dos acontecimentos históricos. Se concedermos que tais teorias são pelo menos um determinante significativo dos acontecimentos históricos, importa avaliar as teorias económicas que podem ser utilizadas para tratar a questão da sustentabilidade do desenvolvimento, tendo em conta as dimensões éticas que atravessam transversalmente as componentes económica, social e ecológica da sustentabilidade. Este texto centrar-se-á nas teorias económicas que explicam o processo de desenvolvimento, desde o pensamento económico clássico até à actualidade, tendo em conta a sustentabilidade da dinâmica de transformação das estruturas económicas, sociais e ecológicas, e a dimensão ética da economia.

## **2. O pensamento económico clássico**

Geralmente considera-se que Adam Smith (1776), que iniciou o pensamento económico clássico, possibilitou o aparecimento de uma ciência económica autónoma. Uma questão interessante será investigar até que ponto o pensamento de

Adam Smith realmente possibilitou ou não uma separação entre a ciência económica, e outras áreas como a ética e a filosofia moral, bem como o posterior desenvolvimento da economia como uma ciência social autónoma.

Adam Smith especifica que a divisão do trabalho é o ponto de partida para a formação do sistema económico. Mas a divisão do trabalho depende da existência de um mercado suficientemente vasto, e a existência do mercado, segundo Adam Smith, resulta da propensão do ser humano para a troca. Já a propensão para a troca, segundo Smith, depende de disposições éticas que possibilitam o diálogo e a confiança mútua. Na ausência destas disposições, o mercado não funciona, e surgem crises financeiras e económicas como se viu nos últimos dois anos, crises estas que resultam da falta de confiança.

Na medida em que a divisão do trabalho depende do mercado e da troca, e esta depende de aspectos éticos, a separação entre ética e economia não foi estabelecida em Smith – que de resto era um professor de filosofia moral, cuja obra principal sobre o tópico, a *Teoria dos Sentimentos Morais* – Smith (1759) – contém uma visão integrada das disposições éticas que permitem o diálogo humano. A visão integrada das várias dimensões do processo de desenvolvimento, incluindo a própria dimensão ética do problema, encontrava-se já nos autores do pensamento económico clássico, como Sen (1987) refere.

Na sua obra *A Riqueza das Nações*, Smith (1776) considerava que a divisão do trabalho é limitada pela dimensão do mercado, pois só a produção em maior quantidade permite a divisão do trabalho e conseqüente aumento da produtividade. Para Smith, o aumento da produtividade permite a existência de lucros, que originam poupança, que por sua vez será reinvestida em capital, permitindo uma maior divisão do trabalho e mais uma vez maior produtividade.

Neste caso, o crescimento económico entra num ciclo virtuoso e sustentável. A poupança é gerada pelos lucros na medida em que a propensão a poupar de quem recebe lucros é superior, em média, à propensão a poupar de quem recebe salários. Deste modo, os lucros são essenciais para a poupança. Baseado no pensamento de Smith, Jean-Baptiste Say formulou uma ideia que é designada correntemente como a “lei de Say”, segundo a qual a oferta gera a sua própria procura, pois a actividade de produção gera rendimentos (salários, lucros, rendas, juros) que serão utilizados no consumo, gerando procura. A perspectiva de Smith e Say deste processo virtuoso era

optimista quanto à sustentabilidade do mesmo, processo este suportado pelas disposições éticas e morais que permitiam o diálogo e o mercado.

Todavia, nem todos os autores clássicos tiveram uma perspectiva optimista acerca da sustentabilidade do crescimento económico. David Ricardo, por exemplo, considerava que devido aos rendimentos decrescentes da terra, a actividade agrícola teria uma produtividade cada vez menor. Isto resultaria numa diminuição dos lucros da actividade agrícola. Essa diminuição dos lucros redireccionaria o investimento para a actividade industrial (e manufactureira), aumentando a concorrência nessa actividade, e causando uma diminuição dos lucros nesta actividade também. Mas sem lucros, não se gera poupança para a acumulação de capital, e o crescimento económico acabará por estagnar. Neste sentido, segundo Ricardo, existe um limite para o crescimento económico, não sendo pois um processo sustentável no longo prazo.

Thomas Robert Malthus considerava igualmente que o crescimento económico não seria sustentável no longo prazo. Como, segundo Malthus, o crescimento populacional é superior à taxa de crescimento do produto total, o crescimento *per capita* tenderá a decrescer. Os salários não poderão ser inferiores ao nível de subsistência porque aí o aumento da taxa de mortalidade diminuiria o crescimento populacional e levaria de novo os salários ao nível de subsistência. Mas também não poderão ser superiores ao nível de subsistência, pois aí o aumento da população consequente desse aumento dos salários levaria a uma maior competição entre um maior número de trabalhadores, e a um retorno dos salários ao nível de subsistência. Como a propensão a consumir de quem recebe salários é superior à propensão a consumir de quem recebe lucros, os salários são essenciais para o consumo, logo o nível baixo dos salários (que se mantêm no nível de subsistência) causa uma diminuição da procura, levando a crises de sobre-produção ou de sub-consumo. Neste sentido, para Malthus a lei de Say não se verifica (a oferta não gera a sua própria procura). O crescimento económico tende a estagnar devido à pressão populacional.

Karl Marx (1867) foi mais longe, e prognosticou não apenas a estagnação do crescimento económico sob o sistema capitalista, como o colapso do próprio sistema capitalista. Marx considerava que o lucro resultava da exploração da mais-valia gerada pelo trabalho. Marx defendia que com o desenrolar do processo capitalista, iria haver uma progressiva mecanização do processo de produção. Com essa

mecanização, o processo produtivo seria cada vez mais intensivo em capital, e cada vez menos intensivo em trabalho.

Como, para Marx, o lucro resulta da exploração da mais-valia gerada pelo trabalho, o facto do processo produtivo ser cada vez menos intensivo em trabalho leva a uma tendência para a diminuição da taxa de lucro. Esta diminuição da taxa de lucro levará a uma concentração das unidades produtivas para evitar a falência, o que conduzirá por sua vez à formação de unidades produtivas de grande dimensão, e por conseguinte à concentração do capital num número cada vez mais reduzido de indivíduos. Tal expediente, todavia, não permitirá resolver o problema de fundo, que consiste na tendência decrescente da taxa de lucro, uma vez que esta resulta da mecanização do processo produtivo, e tal mecanização não desaparece pelo facto de existir concentração. Este processo levará à estagnação do crescimento económico capitalista que, segundo Marx, só poderá ser resolvida com o fim do capitalismo.

John Stuart Mill (1848), por outro lado, defendia que a produção depende essencialmente da tecnologia, enquanto a distribuição depende das instituições sociais. Deste modo, não é a produtividade marginal dos factores (que depende da tecnologia) que determina a distribuição do rendimento em John Stuart Mill, mas as instituições sociais. Apenas o crescimento económico depende essencialmente da tecnologia. Mill explica então que como actualmente (“actualmente” para Mill significava meados do séc. XIX, aquando da publicação dos seus *Princípios de Economia Política* em 1848) a tecnologia já permite produzir em quantidades suficientes, a questão fundamental a resolver no futuro não seria o problema do crescimento económico, mas sim a criação de arranjos institucionais que permitam uma melhor distribuição do rendimento. A questão “Aristotélica” da justiça distributiva, uma das duas questões éticas fundamentais enunciadas por Sen, era pois uma questão prioritária já para Mill.

De facto, Mill explica como um processo de crescimento económico indefinido levaria ao esgotamento dos recursos necessários a esse crescimento, tendo sido pois um dos primeiros autores a explicar como o problema da sustentabilidade coloca-se também ao nível do esgotamento dos recursos naturais. Por conseguinte, para Mill a solução para a sociedade e a economia não reside em mais crescimento económico, mas na criação de arranjos institucionais que permitam uma melhor distribuição do rendimento gerado pelo crescimento económico.

Podemos pois verificar que autores que se seguiram a Adam Smith no séc. XIX, como Ricardo, Malthus, Marx e Mill, consideravam que um processo de crescimento económico ilimitado não era sustentável, independentemente das suas posições divergentes a nível teórico e mesmo político, e apontaram contradições entre as esferas económica, social e ecológica, ou mesmo dentro da própria esfera económica, como a causa para a insustentabilidade do processo de desenvolvimento. Para além disso, todos estes economistas clássicos, tal como economistas mais optimistas como Smith e Say, procuravam analisar temas como a ética, a política, e a sustentabilidade de um modo integrado – de resto, Smith, Mill e Marx foram autores fundamentais não só na economia, mas também na ética e na política.

O pensamento económico no século XX teve todavia menos preocupação com as questões da ética e da sustentabilidade, no caso da primeira por não constituir uma matéria de análise científica segundo a concepção positivista que dominou a economia desde o século XX até agora – ver Lawson (2003) para uma discussão – e no caso da segunda por não ser considerada um problema crucial na primeira fase desse século, continuando a ser uma questão secundária na teoria económica subsequente.

### **3. O pensamento económico pós-clássico**

Factores de produção como o capital físico, o trabalho, os recursos naturais (incluindo a terra), e a tecnologia, bem como as instituições (sociais e políticas), que permitem a produção de bens, foram considerados pelos autores clássicos como essenciais para o crescimento económico. Destes factores de produção depende o crescimento económico potencial. No entanto, para esta potencialidade se materializar em crescimento económico efectivo, é necessário que se exista procura e mercado para esta produção. De facto, podemos dividir os modelos de crescimento económico contemporâneos em dois tipos: aqueles que tratam apenas o lado da produção, e os que tratam a produção, a distribuição e o consumo de um modo integrado.

Os modelos que tratam apenas o lado da produção podem ser utilizados para modelar o crescimento potencial, e caso a lei de Say se verifique (isto é, caso seja verdade que a oferta gera a sua própria procura), para modelar o crescimento efectivo. Exemplos de modelos que tratam apenas o lado da produção são os modelos neoclássicos de Robert Solow (1956, 1957) e de Trevor Swan (1956), ou os modelos

de crescimento endógeno de Lucas (1988) e Romer (1986, 1990), nos quais factores de produção como o capital físico, o trabalho, os recursos naturais (incluindo a terra), e a tecnologia, bem como as instituições (sociais e políticas) e o capital humano determinam o crescimento económico.

Todos estes modelos pressupõem a verificação da lei de Say, isto é, que a oferta ou a produção gera a sua própria procura, e logo o crescimento potencial (que depende dos factores de produção, isto é, da oferta) materializa-se sempre em crescimento efectivo. Todos estes modelos são também caracterizados por uma concepção positivista, em que a formalização matemática é considerada condição indispensável para a “cientificidade” da economia, levando ao abandono de temas como a ética, que eram fundamentais nos autores clássicos. Os escritos destes autores neoclássicos preocupam-se exclusivamente com a abordagem que Sen (1987) designa por “engenharia”.

Para além disso, nos autores clássicos havia uma preocupação clara com a questão da sustentabilidade do crescimento, especialmente em autores como Ricardo, Malthus, Marx e Mill. Já na perspectiva neoclássica essa preocupação é menos manifesta. Nas diferentes concepções de Ricardo, Malthus, Marx e Mill, a estagnação do processo de crescimento económico é prevista usando a estrutura do próprio modelo que explica o crescimento económico. Nos modelos neoclássicos contemporâneos, por outro lado, problemas de sustentabilidade são introduzidos como uma restrição adicional ao modelo, e não como uma característica essencial da realidade económica.

Além do mais, os modelos contemporâneos frequentemente omitem uma questão fundamental para sustentabilidade, que é o consumo, e o lado da procura. Os autores clássicos trataram também o lado da produção, mas para além de procederem a uma abordagem integrada da ética e da economia, tinham também uma clara preocupação com a questão da procura (que se manifesta especialmente em autores como Malthus e Marx), e com os mecanismos concretos de funcionamento do mercado.

Esta questão está intimamente relacionada com o tópico das preferências do consumidor, que estão por detrás do padrão de consumo verificado. Para os autores da escola Austríaca, de autores como Carl Menger, Friedrich Hayek ou Ludwig von Mises, ou da escola neoclássica (iniciada por autores como Stanley Jevons, Leon Walras e o próprio Carl Menger, que está portanto na origem de duas tradições), as

preferências individuais são consideradas como um dado não questionável, e não como matéria de análise económica. Estas duas escolas partilham o pressuposto do individualismo metodológico, segundo o qual toda a sociedade e economia devem ser explicados a partir do indivíduo.

Para a escola institucional americana (de autores como Thorstein Veblen, John Commons, Wesley Mitchell e John Kenneth Galbraith), todavia, as preferências dos indivíduos não são tomadas como um dado, pois considera-se que estes são influenciados pelas instituições, e pelo ambiente em geral, no qual estão inseridos. Deste modo, torna-se necessário explicar o processo pelo qual as instituições e o ambiente transformam os indivíduos, e as suas relações sociais, incluindo as normas de comportamento ético, e as preferências individuais. Esta era uma preocupação que já se encontrava em Marx também. Para a escola institucional americana, tal como para Marx, as preferências individuais por detrás dos padrões de consumo de uma sociedade constituem uma das questões que a análise económica deve abordar. Os padrões de consumo contemporâneos são também um tópico fundamental para a questão da sustentabilidade, pelo que a sua análise é crucial para compreender o processo de desenvolvimento.

Para Thorstein Veblen (1899), o indivíduo consome não só para satisfazer necessidades básicas, mas também para demonstrar qual o seu estatuto social na realidade social e institucional que o circunda. O consumo ostentatório é pois matéria de análise económica, e não um dado exógeno. Veblen explica que cada indivíduo e sociedade mantêm hábitos de uma fase anterior do desenvolvimento civilizacional, que se concretizam de modo diferente em cada fase da história. Deste modo, o consumo ostentatório constitui um símbolo de poder nas sociedades contemporâneas, que é a manifestação contemporânea de uma tendência para demonstrar poder que caracterizava já sociedades anteriores. John Kenneth Galbraith (1958) argumenta que este consumo ostentatório tornou-se mesmo fundamental para assegurar o nível de produção e de emprego actual, pois sem este incentivo ao consumo não haveria procura para escoar toda a produção.

Para Veblen e Galbraith, os padrões de consumo contemporâneos são pois formados por um longo processo de evolução económica, social e cultural, e têm um papel fundamental na manutenção do nível de produção e emprego. Pode-se pois dizer que a sustentabilidade económica é assegurada pela existência de padrões sociais de consumo ostentatório, que garante a existência de procura para assegurar o

funcionamento do sistema económico, resolvendo assim o problema da procura enunciado por Malthus e Marx, e que estava já implícito na análise de Smith.

Todavia, esta solução pode ter implicações graves para a sustentabilidade ecológica ou para a sustentabilidade social. Galbraith nota como este incentivo ao consumo e conseqüentemente à produção traz alguns desequilíbrios, como a falta de produção de bens públicos face aos bens privados produzidos, e a falta de investimento em capital humano face ao investimento em capital físico. Estes desequilíbrios poderão afectar em última instância a sustentabilidade económica do processo também.

O papel do consumo na manutenção de um determinado nível de produção e crescimento económico foi trazido para o centro da discussão económica por John Maynard Keynes (1936), que defendeu que a lei de Say não se verifica sempre, mas apenas quando existe pleno emprego. Quando há desemprego, o crescimento potencial não está completamente materializado em crescimento efectivo. Deste modo, não é possível modelar o crescimento efectivo analisando apenas o lado da produção quando há desemprego. Os modelos Keynesianos de crescimento económico tratam a produção, distribuição e consumo de um modo integrado. Para o pensamento Keynesiano, os modelos do lado da produção permitem determinar o crescimento efectivo apenas quando existe pleno emprego.

Para Keynes, existem três variáveis fundamentais a ter em conta na determinação do produto e do emprego: a propensão marginal ao consumo, a eficiência marginal do capital (o retorno esperado por cada unidade de capital investida), e a taxa de juro. O consumo depende da primeira destas variáveis, e o investimento da diferença entre a segunda e a terceira. Durante a Grande Depressão que se seguiu à crise de 1929, muitos economistas defenderam que o melhor modo de agir seria não intervir directamente na economia, e esperar que a economia recuperasse da depressão. Esta visão estava assente na lei de Say, segundo a qual a oferta gera a sua própria procura. Se esta lei fosse válida, a economia reajustar-se-ia automaticamente face a crises de sobreprodução como a de 1929, pelo que não seria necessário intervir directamente na economia. Muitos economistas repetem este argumento no contexto da crise actual.

Keynes argumentou que a lei de Say não se verifica universalmente. Segundo Keynes, a procura efectiva (nomeadamente as componentes consumo e investimento) depende da propensão marginal ao consumo, e da diferença entre a eficiência

marginal do capital (o benefício recebido por investir) e a taxa de juro (o custo de investir). Quando a diferença entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juro é reduzida, o investimento será pequeno e conseqüentemente a procura de bens de capital baixará, levando a excesso de oferta, o que pode conduzir a situações prolongadas de depressão e desemprego.

Neste caso, Keynes defende que como a lei de Say não se verificará necessariamente, é necessário intervir na economia para restabelecer o nível de procura efectiva. Durante a crise actual, iniciada com a crise de liquidez de 2007 e a subsequente crise financeira e económica iniciada em 2008, muita da discussão prende-se com o papel que políticas Keynesianas semelhantes às que se utilizaram durante o séc. XX na sequência da Grande Depressão poderão ser novamente úteis.

#### **4. Distribuição e crescimento: as implicações económicas da questão “Aristotélica”**

Outro aspecto fundamental na teoria Keynesiana é a distribuição do rendimento. A distribuição do rendimento é um tópico fundamental do ponto de vista ético, que remonta pelo menos até aos textos de Aristóteles sobre justiça distributiva. A distribuição é não só uma questão ética, mas também um processo com impacto na dinâmica económica, e no crescimento económico em particular. Deste modo, torna-se necessária uma abordagem integrada da ética e da economia para compreender o impacto da distribuição na sustentabilidade.

Segundo as teorias clássicas de Smith, Say, Ricardo, Malthus, Marx e Mill, é a poupança que leva à acumulação de capital via investimento. Nos modelos neoclássicos, uma maior poupança significa igualmente um nível de produto superior (embora em modelos como o de Solow e Swan tal não signifique mais crescimento económico, dado que este último depende apenas do progresso técnico, que é considerado um dado exógeno). Uma vez que os indivíduos com maiores rendimentos têm uma maior propensão marginal à poupança, maior desigualdade de rendimento significaria mais poupança, logo mais investimento e um produto superior.

Para Keynes, por outro lado, o motor do crescimento económico, quando existe desemprego, é a procura efectiva. A procura efectiva depende do consumo e investimento (público e privado). Uma distribuição de rendimento mais igualitária implicará um maior nível de rendimento para os indivíduos com maior propensão

marginal ao consumo (que são aqueles com menor rendimento). Deste modo, haverá mais consumo, logo uma maior procura efectiva, e por conseguinte um efeito positivo no produto. Assim, segundo a teoria Keynesiana, uma distribuição mais igualitária do rendimento é benéfica para o aumento do produto (em economias em que exista desemprego). Logo, a questão ética (“Aristotélica”, segundo Sen) da distribuição e o problema da sustentabilidade económica não são incompatíveis na visão Keynesiana.

A questão que se coloca é se a redução da poupança que uma distribuição de rendimento mais igualitária acarreta reduziria o investimento, como é pressuposto nos modelos clássicos e neoclássicos. Contrariamente aos clássicos e neoclássicos, Keynes considerava que um aumento da poupança não levaria necessariamente a um aumento do investimento e do produto, pois essa poupança poderia ser entesourada. Para Keynes, o investimento não é determinado pelo nível de poupança, mas pela diferença entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juro. Esse nível de investimento, por sua vez, gerará um nível de produto que originará um nível de poupança compatível com o investimento efectuado. Logo, é o investimento que determina a poupança, e não a poupança que determina o investimento, pelo que uma distribuição mais igualitária não implica menos investimento.

Outro problema importante é o processo pelo qual o investimento gerará mais poupança via aumento do produto. Nicholas Kaldor e Joan Robinson, autores da tradição Keynesiana, defendiam que o aumento do investimento levaria a um aumento dos preços. Como os salários não aumentam na mesma proporção que os preços (devido a questões institucionais), haveria um aumento dos lucros face aos salários com o aumento do investimento. Como a propensão a poupar por parte de quem recebe lucros tende a ser superior à propensão a poupar de quem recebe salários, haveria um aumento da poupança que compensaria o aumento do investimento. Para autores Keynesianos como Kaldor, é a poupança que se ajusta ao investimento, logo a poupança é a variável chave para o ajustamento, e não a relação entre capital e trabalho como nos modelo neoclássicos (como o modelo de Solow/Swan, por exemplo).

Podemos concluir que segundo a teoria Keynesiana não haveria necessariamente incompatibilidade entre a sustentabilidade económica e a sustentabilidade social do processo de desenvolvimento, ou uma incompatibilidade com uma concepção ética que enfatize uma distribuição mais igualitária do rendimento, uma vez que uma distribuição de rendimento igualitária tem efeitos

benéficos para a economia. Todavia, se a perspectiva clássica ou a perspectiva neoclássica for a correcta, existirá uma contradição entre a sustentabilidade económica e a sustentabilidade social, devido ao impacto negativo da igualdade na distribuição do rendimento na dinâmica económica. Já segundo a perspectiva Keynesiana, é essencial uma distribuição de rendimento mais igualitária para assegurar a manutenção da procura.

De resto, a manutenção de um nível elevado de procura num contexto de elevadas desigualdades na distribuição de rendimento apenas foi assegurada nos últimos anos devido à concessão de crédito pelo sistema financeiro. A crise financeira recente tornou-se uma crise económica gravíssima precisamente por ter afectado o papel que o sistema financeiro tinha na estimulação da procura, num contexto em que as desigualdades na distribuição do rendimento não permitem um nível de procura superior sem a existência de concessão de crédito.

## **5. A questão “Aristotélica” numa perspectiva global**

Pode-se argumentar igualmente que para além do sistema financeiro, foi a redistribuição internacional do rendimento, para as economias emergentes de países como a China, a Índia, ou o Brasil, entre outras economias anteriormente classificadas como economias em vias de desenvolvimento, que permitiram assegurar um nível de procura mundial que impediu que a crise actual se manifestasse mais cedo.

A redistribuição internacional do rendimento levanta outra questão fundamental para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento, relativa ao comércio internacional, que é um dos tópicos mais discutidos no contexto da globalização. Importa pois compreender quais os modelos teóricos utilizados para explicar a dinâmica do comércio internacional, e os impactos deste na distribuição internacional do rendimento.

A sustentabilidade das transformações económicas resultantes da expansão do comércio internacional e da integração económica têm sido discutidos por diversas teorias. Duas visões opostas do comércio internacional estão patentes nas teorias da dependência internacional por um lado, e nas teorias liberais por outro lado. Segundo as teorias de dependência internacional, um ou mais grupo de países encontram-se numa relação de dependência face a outro grupo (ou outros grupos) de países. Um

exemplo destas teorias é o chamado modelo “neocolonial” da dependência. Este modelo está na linha do pensamento Marxista.

Segundo Marx, o capital é detido por um pequeno número de indivíduos, que retirando a mais-valia criada pelo trabalho, deixam apenas a parte remanescente do valor de um produto para ser paga sob a forma de salário ao trabalhador. O capitalista depende dos trabalhadores não só para o funcionamento da unidade produtiva, mas para o consumo dos produtos produzidos. O facto do salário não incluir o pagamento da mais-valia, reduzindo o rendimento dos trabalhadores que desse modo terão as suas possibilidades de consumo limitadas, levará a crises de sub-consumo e sobre-produção. As teorias da dependência internacional (recuperando um argumento de John Hobson) defendem que a única saída que os países capitalistas encontram para este problema é a procura de novos mercados internacionais para escoar a produção.

Para além disso, a mecanização do processo produtivo torna este mais intensivo em capital, e cada vez menos intensivo em trabalho. Como o lucro resulta da exploração da mais-valia gerada pelo trabalho, o facto do processo produtivo ser cada vez menos intensivo em trabalho leva a uma tendência para a diminuição da taxa de lucro. As teorias da dependência internacional defendem que os países capitalistas terão de recorrer aos trabalhadores de países onde os salários sejam inferiores (e as matérias primas menos onerosas) para contrabalançar esta tendência para o decréscimo da taxa de lucro.

Deste modo, o processo de desenvolvimento do comércio internacional torna-se um processo de imperialismo económico, onde os países desenvolvidos serão obrigados a colocar outros países numa relação de dependência para garantir o escoamento dos seus produtos, e salários reduzidos (bem como matérias primas menos onerosas). Para tal, estabelecem-se relações de poder entre um centro (constituído pelos países desenvolvidos) e a periferia (constituída pelos países em vias de desenvolvimento). Para manter essas relações de poder, os países desenvolvidos recorrem às elites locais dos países em vias de desenvolvimento (incluindo empresários, militares, ou políticos, por exemplo) que são recompensados por garantir a manutenção da ordem capitalista mundial, algo que conseguem através de políticas favoráveis ao sistema capitalista.

É preciso notar que as teorias da dependência, e a sua análise do imperialismo definido de um modo lato como uma relação de dependência de um país face a outro, podem ser aplicada ao estudo não apenas dos países designados capitalistas, e das

suas relações com os países em vias de desenvolvimento, mas também para estudar as relações que existiram no passado entre os países da esfera soviética e a União Soviética. A dependência não é um problema exclusivo do sistema capitalista, mas um problema geral associado ao processo de industrialização, e às relações de dependência que este cria no contexto de uma economia interligada.

Teorias da dependência menos radicais enfatizam que o problema fundamental é a tentativa de seguir o processo de desenvolvimento dos países desenvolvidos, quando esse processo poderá não ser o mais adequado para os países em vias de desenvolvimento. Um exemplo desta perspectiva é o modelo do “falso-paradigma”, que refere como os países em vias de desenvolvimento estão dependentes de um paradigma inspirado nos países desenvolvidos que não é o mais apropriado para o seu próprio desenvolvimento. Para além do mais, a própria percepção de qual foi o caminho seguido pelos países desenvolvidos pode estar errada. Muitos países desenvolvidos conseguiram industrializar-se através de medidas proteccionistas numa fase inicial do processo, facto que muitas vezes é esquecido nas discussões acerca do comércio internacional.

As teorias liberais, por outro lado, defendem a implementação de uma economia de mercado como modo de conseguir crescimento e desenvolvimento económico. Estas teorias recuperam ideias de autores como Adam Smith e David Ricardo, que defendiam que o comércio internacional pode ser vantajoso para as várias partes envolvidas, desde que cada país se especializasse em áreas nas quais teria vantagens competitivas (vantagens absolutas, segundo Smith, ou vantagens comparativas, segundo Ricardo). É preciso notar que estes autores não defendem que o comércio internacional levará inevitavelmente à existência de vantagens mútuas no comércio, mas apenas que por permitir criar um excedente (através dos ganhos de especialização), o comércio internacional tem o potencial de gerar benefícios mútuos. Claro que a materialização desse potencial em ganhos mútuos depende da repartição desse excedente, que por sua vez resulta da forma concreta como o comércio internacional é conduzido.

Friedrich Hayek e Amartya Sen fornecem duas justificações para a existência de um mercado livre: uma justificação ética, segundo a qual a existência de liberdade individual a um nível mais geral implica a liberdade de transacção, e uma justificação económica, que se baseia na maior eficiência económica do mercado (na linha dos argumentos de Smith e Ricardo).

Autores da escola austríaca de economia (como Hayek e von Mises) apontam mesmo várias falhas às soluções centralistas indicadas por muitos críticos da economia de mercado, e defendem que nenhuma entidade central tem a capacidade de reunir toda a informação necessária ao funcionamento e coordenação da economia. Segundo a escola austríaca de economia, o mercado é um processo de ensaio e erro num contexto de incerteza, no qual a informação é dispersa e por vezes não centralizável, pois grande parte da informação presente na economia resulta de conhecimento tácito, não codificável ou articulável, que pela sua natureza não pode ser reunido numa entidade centralizada.

Dada a impossibilidade de centralizar grande parte da informação dispersa, nenhuma entidade central consegue reunir toda a informação necessária para tomar decisões eficientes. Logo, mecanismos de coordenação descentralizados como o mercado serão mais eficientes do que a intervenção de uma entidade central como o Estado. Sendo a informação por natureza descentralizada, o único modo da economia funcionar é através de um mecanismo descentralizado como o mercado. Mas para a economia funcionar num contexto de incerteza e de interacção descentralizada, é fundamental a estabilidade das regras sociais, e também do enquadramento legal e do sistema de preços.

Por conseguinte, segundo as teorias liberais, o Estado tem um papel a desempenhar na manutenção da estabilidade social e económica necessária à interacção dos agentes económicos, mas a sua intervenção deve limitar-se somente à manutenção de um enquadramento constitucional e institucional estável. A sociedade e a economia serão coordenadas então de um modo descentralizado, onde as leis e os preços serão elementos chave para a formação de uma “ordem espontânea” (para utilizar a expressão de Hayek) que permitirá uma interacção social baseada numa estrutura de regras sociais e legais.

## **6. Acção humana e liberdade: a questão “Socrática” e as suas implicações para a economia**

Autores da “public choice theory”, como James Buchanan, vão mais longe e defendem que o Estado nunca conseguirá agir de acordo com o interesse público, dado que os agentes do Estado defenderão sempre os seus interesses apenas, que não são necessariamente congruentes com os objectivos da população. Nestes autores, a

questão ética designada por Sen (1987) como a questão “Socrática”, relacionada com a motivação e comportamento humano, é fundamental para perceber o funcionamento do mercado e da economia. De facto, pode-se argumentar que a crise actual dos mercados financeiros e económicos depende em grande medida da erosão dos padrões éticos que, juntamente com a competição, suplementavam e equilibravam a procura do interesse próprio por parte dos agentes económicos, segundo a concepção do mercado de autores como Adam Smith, Friedrich Hayek ou Amartya Sen.

Por vezes utiliza-se a designação de teorias “neo-liberais” para designar as políticas defensoras da economia de mercado. As teorias neo-liberais são por vezes vistas como uma junção das ideias da escola neoclássica de economia com a filosofia política liberal. O que acontece aqui é que como a teoria económica neoclássica é a teoria económica dominante, enquanto a filosofia política liberal é a filosofia política dominante, a expressão “neo-liberal” acaba por servir como um modo de designar os paradigmas económico e político dominantes numa única palavra. Mas não existe razão teórica aparente para tal junção, dado que as teorias da escola neoclássica de economia não pressupõem uma filosofia política liberal, nem a filosofia política liberal pressupõe uma teoria económica neoclássica. De resto, a filosofia política liberal tem estado ligada à escola austríaca de economia, que difere em muitos aspectos da escola neoclássica de economia.

Por outro lado, a expressão neo-liberal poderia ser utilizada para distinguir as teorias liberais contemporâneas das teorias liberais do séc. XIX, e do liberalismo clássico, que é por vezes associado a autores como Smith e Ricardo no plano económico. De facto, a economia do tempo de Smith e Ricardo era substancialmente diferente da economia contemporânea. Algumas das diferenças fundamentais desde o tempo de Smith e Ricardo foram a emergência de unidades económicas de grande dimensão (as empresas multinacionais, por exemplo), a interligação da economia mundial (que acelerou fortemente em meados do séc. XIX, levando a que a crise de 1873 desencadeasse a primeira depressão global), e o progresso tecnológico nas comunicações e transportes, que suportou as duas mudanças referidas anteriormente. No mundo de Smith e Ricardo tínhamos mercados constituídos por empresas de menor dimensão, levando a um grau de concorrência maior, o que permitia uma maior auto-regulação dos mercados.

Veblen (1904) e Galbraith (1958), por outro lado, notam como a emergência de empresas de grande dimensão, a interligação da economia e as mudanças

tecnológicas (como as dos transportes e comunicações), levaram a uma redução do grau da concorrência, e logo da auto-regulação, dos mercados. Podemos argumentar que a crise actual resulta em grande medida da incapacidade dos decisores políticos e económicos para compreenderem as consequências desta mudança para a auto-regulação dos mercados, pressuposta no pensamento económico clássico (embora Marx tivesse previsto esta mudança), e no liberalismo clássico.

Além disso, a existência de padrões de comportamento ético que transitavam da época feudal, ligados a sentimentos morais como o respeito e a honra, reduziam os custos de transacção no mercado, levando a uma simbiose entre feudalismo e mercado que se foi auto-destruindo com a progressão da mentalidade calculista e racionalista, e a consequente erosão da ética feudal, como Schumpeter (1942) argumenta. É neste sentido que a questão ética “Socrática” referida por Sen constitui um tópico fundamental para compreender a crise actual, e os comportamentos dos agentes económicos e financeiros que geraram a mesma.

## **7. As implicações das questões “Socrática” e “Aristotélica” para o pensamento económico contemporâneo**

Foi escrito acima que as duas questões éticas enunciadas por Sen, a questão “Socrática” da motivação e comportamento, e a questão “Aristotélica” do bem comum e da justiça distributiva, são essenciais para compreender a crise financeira e económica actual. Um tópico importante a abordar agora será o motivo pelo qual estas questões têm sido abandonadas pelos economistas, apesar da sua centralidade para a análise económica.

Durante o séc. XX, o sucesso atingido por ciências naturais como a física levou à convicção generalizada de que o uso de modelos matemático-dedutivos na explicação de relações de causalidade sequencial poderia ajudar também no estudo da economia. Existia já, de resto, uma predisposição na cultura ocidental para valorizar a formalização matemática – ver Lawson (2003). A utilização de modelos matemático-dedutivos proliferou também na ciência económica, especialmente na escola neoclássica, que se tornou a tradição dominante. A questão que se coloca é se a natureza do objecto de análise na ciência económica é a mais apropriada para a utilização de metodologias inspiradas nas ciências naturais como a física, e que

tratamento da questão da sustentabilidade do desenvolvimento decorre dessas metodologias.

Note-se que o que está aqui em causa não é a utilização de métodos estatísticos de medição ou mensuração da actividade económica (esse tipo de uso da matemática é aceite tanto na tradição dominante em economia como nas tradições ditas heterodoxas), mas a criação de modelos matemático-dedutivos vocacionados para a previsão de eventos (incluindo quantidades e preços), à semelhança dos modelos que se encontram nas ciências naturais.

Os métodos matemático-dedutivos revelaram-se muito úteis na explicação de relações de causalidade sequencial quando o objecto de análise constitui um sistema fechado (no caso da astronomia), ou quando o objecto de análise pode ser transformado num sistema fechado em condições laboratoriais controladas. Mas esses modelos não são necessariamente apropriados na análise de fenómenos económicos e sociais, em que não existem sistemas fechados, ou estes não podem ser construídos em experiência laboratorial como nas ciências naturais.

O uso de modelos que pressupõem sistemas fechados, adoptados na teoria económica dominante, dificulta a conceptualização de processos sociais. As duas questões éticas enunciadas por Sen (1987), a questão “Socrática” e a questão “Aristotélica”, não podem ser tratadas de um modo satisfatório usando estes modelos, e portanto foram abandonadas, como foram as várias dimensões do agir humano que não sendo matematizáveis, não são consideradas matéria de estudo “científico” na corrente dominante ou ortodoxa.

Pode-se pois dizer que em virtude do desfasamento entre os modelos da teoria económica ortodoxa e a realidade social, os economistas ortodoxos optam por ignorar a realidade social, recusando-se a abandonar os modelos matemático-dedutivos ditos “científicos”. Mesmo nos debates em que a própria inconsistência interna da teoria económica ortodoxa é demonstrada, a prática académica ortodoxa mantém-se inalterada. Um exemplo disso é o facto da teoria económica ortodoxa ignorar que Piero Sraffa (1926, 1960) demonstrou a inconsistência interna dos pressupostos da teoria marginalista neoclássica, ou que Joan Robinson (1953), juntamente com outros autores da escola de Cambridge, no Reino Unido (como o próprio Sraffa), demonstrou a existência de inconsistências no uso das funções neoclássicas de produção com capital agregado – como explica Geoff Harcourt (1969).

Logo, a distribuição do rendimento de acordo com a produtividade marginal dos factores, defendida pela escola neoclássica como um modo de resolver o problema da distribuição de um modo técnico e matemático, é logicamente inconsistente. A questão “Aristotélica” da distribuição do rendimento é uma questão ética que não pode ser resolvida apenas de modo matemático ou técnico, tal como a questão “Socrática” da acção humana não pode ser resolvida apenas de modo matemático ou técnico, pressupondo que o agente se comporta como um otimizador, ou de acordo com um dado modelo matemático-dedutivo.

Diversas perspectivas designadas por heterodoxas (incluindo as abordagens Institucional, Pós-Keynesiana, Austríaca, Marxista e neo-Schumpeteriana) têm fornecido teorias alternativas, onde o agente económico não é um otimizador, está inserido num contexto ético, institucional e tecnológico, e nem sempre perfeitamente ajustado a esse contexto. Segundo tais concepções, a economia não é um sistema em equilíbrio, em geral não há um ajustamento perfeito entre instituições e tecnologia, cada um é transmitido de um passado histórico, e o ambiente actual pode não ser o mais favorável para uma instituição ou tecnologia transmitida do passado.

A economia é pois o resultado de um processo evolutivo onde as instituições, normas éticas, estruturas sociais, e a tecnologia, estão num processo permanente de reprodução e transformação, que é efectivada na acção humana. Esta concepção ontológica do processo económico e social, ao enfatizar uma dimensão ética da economia, poderá trazer uma perspectiva diferente acerca da questão da sustentabilidade e do desenvolvimento, e acerca das questões “Socrática” e “Aristotélica”.

## **8. Notas conclusivas**

Que conclusões decorrem de uma visão integrada do processo de desenvolvimento, em que as dimensões económica, social e ética aparecem interligadas? O trabalho de Amartya Sen procurou recentemente dar resposta a esta questão, recuperando a dimensão ética e social da análise económica, e baseando-se no pensamento clássico de Adam Smith, e na ética Aristotélica.

Sen defende que a expansão das potencialidades humanas pode ser vista simultaneamente como o objectivo final do, e o meio para atingir o, desenvolvimento. O conceito de potencialidade humana de Sen reflecte uma concepção substantiva de

liberdade, em que esta última tem de constituir uma possibilidade real. Dizer que a liberdade humana (sob a forma de uma potencialidade real) é simultaneamente o fim e o meio do desenvolvimento implica reconhecer a liberdade como simultaneamente constitutiva do bem-estar humano (na medida em que a liberdade é um fim do desenvolvimento) e como instrumental para o bem-estar humano (na medida em que a liberdade é igualmente um meio para o desenvolvimento).

Por exemplo, a questão ética “Socrática” referente à motivação humana tem implicações para os aspectos constitutivos do bem-estar individual, na medida em que se refere ao que significa uma “boa” vida, mas também tem implicações ao nível de aspectos que são instrumentais para o funcionamento dos mercados, como está patente em autores como Smith, Schumpeter, ou Sen. De igual modo, a questão ética “Aristotélica”, relativa à justiça distributiva, refere-se não só a aspectos constitutivos do bem-estar comum, mas também a aspectos que são instrumentais para assegurar procura agregada e o funcionamento da economia, como explica Keynes (1936). É neste sentido que se pode dizer que a liberdade assente na ética é não apenas um fim, mas também um meio para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Algumas liberdades instrumentais identificadas por Sen como não apenas um objectivo final do desenvolvimento, mas também meios importantes para atingir o desenvolvimento são: as liberdades políticas, que implicam poder participar nas decisões da comunidade, ou escolher quem toma decisões em nome da comunidade; as facilidades económicas, que consistem na oportunidade de usar os recursos económicos para consumo, produção ou troca, e dependem das condições de troca, dos preços, do funcionamento dos mercados, do rendimento e da distribuição do rendimento (neste contexto, o mercado pode ser justificado não só pela eficiência económica que traz, mas também pelo simples facto de permitir a liberdade de troca); as oportunidades sociais, que decorrem dos arranjos da sociedade para fornecer bens e serviços sociais, como saúde ou educação, por exemplo; as garantias de transparência, que permitem a existência de confiança e cedência de informação nas relações sociais; e por fim a segurança protectora, isto é, a existência de redes de segurança social para evitar situações de pobreza extrema e adversidades imprevistas.

Esta concepção de liberdade, como meio para, e finalidade do, desenvolvimento, implica, por exemplo, que a ausência de situações de pobreza, combinada com o fornecimento de serviços de saúde e educação apropriados, constitui portanto não apenas um objectivo a ser conseguido através do

desenvolvimento e crescimento económico, mas também um meio importante para atingir o desenvolvimento e crescimento económico.

Para além disso, segundo esta concepção de liberdade como meio para, e finalidade do, desenvolvimento, é economicamente viável (e sustentável) utilizar políticas sociais em países em vias de desenvolvimento. O motivo para tal é que sectores relacionados com o fornecimento de serviços sociais (como a saúde ou a educação, por exemplo) são relativamente mais intensivos em trabalho do que em capital. Como os salários tendem a ser mais reduzidos nos países em vias de desenvolvimento, enquanto o capital tem preços semelhantes nos vários países devido à sua maior mobilidade internacional, a estrutura de custos dos sectores relacionados com serviços sociais permite que seja economicamente viável apostar em políticas sociais mesmo numa fase inicial do desenvolvimento e crescimento económico, não sendo necessário esperar até conseguir um crescimento económico elevado para investir em políticas sociais. Por conseguinte, estas políticas sociais são consistentes com a sustentabilidade do processo de crescimento económico.

Esta concepção abre espaço para uma teoria económica e social onde as questões “Socrática” e “Aristotélica” enunciadas por Sen podem ser abordadas sem que as várias dimensões do ser humano sejam ignoradas em favor de, ou reduzidas a, modelos inspirados em ciências naturais como a física, tal como acontece na teoria económica dominante. Para além disso, as políticas sociais apontadas acima têm a vantagem de recorrer à valorização do factor humano como solução para o problema do desenvolvimento, e não ao uso de recursos esgotáveis. Existe então simultaneamente uma justificação ética e uma justificação económica (relacionada com a questão da sustentabilidade também) para esta abordagem do desenvolvimento humano.

## **Bibliografia:**

Galbraith, J. K. (1958), *The Affluent Society*, New York, Houghton Mifflin.

Harcourt, G. C. (1969), "Some Cambridge Controversies in the Theory of Capital", *Journal of Economic Literature*, 7, 369-405.

Keynes, J. M. (1936), *The General Theory of Employment, Interest and Money*, London, MacMillan.

Lawson, T. 2003, *Reorienting Economics*, London, Routledge.

Lucas, R. E., Jr. (1988), "On the Mechanics of Economic Development", *Journal of Monetary Economics*, 22, 3-12

Marx, K. (1999 [1867]), *Capital*, Oxford, Oxford University Press.

Mill, J. S. (1848), *Principles of Political Economy*, London, J. P. Parker

Robinson, J. (1953), "The production function and the theory of capital", *Review of Economic Studies*, 21, 81-106.

Romer, P. (1986), "Increasing Returns and Long Run Growth", *Journal of Political Economy*, 94, 1002-1037

Romer, P. (1990), "Endogenous Technological Change", *Journal of Political Economy*, 98 (part 2), S71-S102

Schumpeter, J. (1992[1942]), *Capitalism, Socialism and Democracy*, London and New York, Routledge.

- Sen, A. (1987), *On Ethics and Economics*, Oxford and New York, Basil Blackwell.
- Sen, A. K., (1999), *Development as Freedom*, Oxford, Oxford University Press.
- Smith, A. 2002 [1759], *The Theory of Moral Sentiments*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Smith, A. (1776), *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*; London, Methuen and Co., Ltd.
- Solow, R. (1956), “A Contribution to the Theory of Economic Growth”, *Quarterly Journal of Economics*, 70, 65-94
- Solow, R. (1957), “Technical Change and the Aggregate Production Function”, *Review of Economics and Statistics*, 39, 312-320.
- Sraffa, P. (1926), “The laws of returns under competitive conditions”, *Economic Journal*, 36, 535–550.
- Sraffa, P. (1960), *Production of Commodities by Means of Commodities: Prelude to a critique of economic theory*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Swan, T. W. (1956), “Economic Growth and Capital Accumulation”, *Economic Record*, 32, 334-61
- Veblen, T. (1899), *The Theory of the Leisure Class*, New York, Macmillan.
- Veblen, T. (1904), *The Theory of Business Enterprise*, New York, Charles Scribner's Sons.